



A Instrução e preparo do Exército Imperial na Guerra da Tríplice Aliança: Uma análise sobre as reminiscências de um soldado brasileiro no Campo de Batalha

Ramon Vilas Boas Ferreira¹

¹2º Sargento do Exército Brasileiro, atualmente Integrante da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas, Licenciado em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR, Especialista em Neurodidática pelas Faculdades Unyleya e Pós-Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas. Email: ramonvilasb@gmail.com

Resumo

A Instrução do Exército Brasileiro origina-se na época do “despotismo esclarecido”, quando o De Lippe, enviado a Portugal a fim de “organizar o exército português, o encontrou “sem disciplina e sem instrução”, implantando lá suas orientações, posteriormente transplantadas ao Brasil Colônia. Berço da Instrução do Exército Imperial, a Real Academia Milita forneceu ao Brasil a equipe de instrutores necessária para as Batalhas da Tríplice. Analisaremos as instruções militares do Contingente Brasileiro: Guarda Nacional e “Voluntários da Pátria”, a partir do diário de um soldado, voluntário antes mesmo do decreto imperial que convocou o povo brasileiro a luta. A criação da Guarda Nacional solapou a importância do Exército no Brasil, mas a partir 1850 esse quadro alterou-se e as preocupações com o aperfeiçoamento da instrução do Exército fizeram surgir novas diretrizes, e essa preocupação por nossa eficiência militar, refletiu-se nos primeiros resultados obtidos pela Comissão de Prática da Artilharia (1844). Entretanto, esse aparato administrativo era deficiente frente a política externa mantida pelo Brasil com os países vizinhos, o que fez ao Exército Imperial instruir os soldados sob fogos de combate. Uma preparação observada e aqui explorada nos escritos de um Combatente, transmitidas de forma concisa, pois o mesmo era o produto final.

Abstract

The Instruction of the Brazilian Army originated at the time of "enlightened despotism," when Lippe were sent to Portugal in order to organize the it's Army, found by him "without discipline and instruction", therefore implanted his orientations, which later were transplanted to Brazil Colony. Cradle of the Imperial Army's Instruction, the Real Academia Military provided to Brazil instructors's team necessary for the Battles of the Triple. We will analyze the military instructions of the Brazilian Contingent: National Guard and "Homeland's Volunteers", from a soldier's diary, who were volunteer even before the imperial decree which called the Brazilian people to fight. The creation of the National Guard undermined the importance of the Army in Brazil, but from 1850 this board changed itself and the concerns about the improvement of the army's instruction created new guidelines, and this concerns about our military efficiency was reflected in the first results obtained by the Artillery Practice Commission (1844). However, this administrative apparatus was deficient in the foreign policy maintained by Brazil with the neighboring countries, which forced the Imperial Army to instruct the soldiers under the fires of combat. One preparation observed and explored here in the writings of a fighter, concisely conveyed, even because he was the final product.

Keywords: Triple Alliance War, Instruction, Military History



INTRODUÇÃO

DA Instrução do Exército Imperial do Brasil tem origem na época do “despotismo esclarecido”, quando o Conde de Lippe¹, foi enviado a Portugal devido ao apoio solicitado pelo primeiro ministro de D. José I (1750-1777), Sebastião José de Carvalho (depois Conde de Oeiras, em 1759, e Marquês de Pombal, em 1769), à Inglaterra com o objetivo de “organizar o exército português nos moldes dos melhores exércitos de então”. (SELVAGEM, 1931, p. 472) pois desde 1756, a Europa estava em guerra e, em 1762, ela chegou ao território lusitano.

A Inglaterra, por sua vez enviou a Portugal “apenas uns sete ou oito mil soldados ingleses, das três armas, sob o comando de lorde Londoun.” (MARTINS, 1945, p. 181), e indicou este general, considerado um militar das luzes, para liderar o exército português.

Este Conde encontrou o um exército “em dissolução, sem disciplina, sem instrução, com oficiais mais decorativos do que competentes.” (Ibid Martins., p. 184) e implantou em Portugal com muito esforço suas orientações e seus regulamentos.

Algum tempo depois da partida do Conde de Lippe, em 1764, ocorreram novas tensões entre Portugal e Espanha, levando Pombal a convidar o Conde a retornar ao reino. Entretanto ele sugeriu que fosse contratado para comandante do exército português o General João Henrique Böhm², oficial alemão que, em 1762, tinha acompanhado de perto seu trabalho desde a sua chegada a Portugal, e que inclusive, tinha servido ao reino até janeiro de 1763. Böhm foi então contratado e desembarcou no reino em 1765. Pouco

¹ Friedrich Wilhelm Ernst von Schaumburg-Lippe foi um general alemão, cabo de guerra de Frederico II, enviado pelos ingleses a Portugal, quando da Guerra dos Sete Anos.

² Nome pelo qual ficou conhecido em Portugal, pois seu nome, em alemão, era Johan Heinrich Böhn.



tempo depois, em 1767, o general alemão foi nomeado “tenente-general e governador das tropas existentes no Brasil” (MARTINS, 1945, p. 191), rumando para a colônia portuguesa na América.

Dentre outros, o Regulamento de 1763, implantado por Lippe, continha os famosos “Artigos de Guerra” (Capítulo XXVI), cuja vigência perpassou o século XVIII, “influenciando a disciplina e a mentalidade do exército brasileiro desde os tempos coloniais”, como assinalou Paula Cidade. Os artigos de guerra se apresentaram como poderosa ferramenta da aprendizagem pois a disciplina era considerada uma condição sine qua non para a eficácia da *instituição militar*. De acordo com Foucault (2004), por meio da disciplina, “o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa (..) (Dessa forma,) foi “expulso o camponês” e lhe foi dada a “fisionomia de soldado”. (p. 117). A disciplina, assim, teria a finalidade de fabricar corpos submissos e dóceis, uma vez que “aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).” (p. 119).

Transplantados para o Brasil Colônia junto com a legislação militar portuguesa, sua influência perduraria até pelo menos a primeira década do século XX, e só apenas em 1874 (após a Guerra da Tríplice Aliança), os castigos corporais foram formalmente abolidos. Em meio aos conturbados campos de batalha da Tríplice, nossos Chefes rigorosos e disciplinadores não titubeavam em aplicá-los em certas circunstâncias, atenuados ou agravados, os trabalhos forçados, o carrinho perpétuo ou temporário, as pancadas com espada de prancha, a pena de morte por enforcamento ou arcabuzamento e outros inseridos do código severo, tiveram no novo mundo inclusive, segundo informações contidas no Diário do Dionísio Cerqueira, a companhia de suplícios como o



tronco, a chibata, o estaqueamento, o sarilho d'armas, o marche-marche, a célula, os bolos e as varadas, bem conhecidos do Exército e Marinha do Imperial.

De acordo com Motta (2001) o berço da implantação e aprimoramento da Instrução do Exército Imperial estava na Real Academia Militar, criada por D. João, por Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810, destinava-se a formar oficiais de artilharia e engenharia, bem como oficiais engenheiros geógrafos e topógrafos, que estivessem habilitados “aos estudos militares e práticos que formam a ciência militar”, capazes de dirigir trabalhos “de minas, de caminhos, portos, canais, pontes, fontes e calçadas”. Passando por diversas evoluções, esta Instituição e suas Escolas anexas aportaram ao Brasil a equipe que por sua vez ministrou as instruções necessárias para as Batalhas da Tríplice Aliança, principal objeto desta investigação.

Este trabalho tem por finalidade verificar como ocorreram as instruções militares do Contingente Brasileiro no geral - Guarda Nacional e incluso “Voluntários da Pátria”, uma denominação dada as Unidades Militares criadas em 7 de janeiro de 1865, pelo Império do Brasil (1822-1889), as quais buscava-se reforçar o efetivo das forças militares do Exército Brasileiro e que de maneira peculiar não tiveram tempo hábil para um básico conhecimento das técnicas militares, bem como manejo do armamento - a partir das percepções retiradas de um diário pessoal de um sobrevivente que se fez soldado voluntariamente antes mesmo do decreto imperial convocando o povo brasileiro a luta.

A NOVA HISTÓRIA E ANÁLISE DE UM DIÁRIO DE UM SOLDADO

Para distinguir aquilo que chama de Nova História do que seria uma antiga história, ou história tradicional, Peter Burke aponta as fontes documentais. No seu livro “A escrita da história: novas perspectivas” (1992) ele sugere que a história tradicional deveria “ser baseada em documentos históricos” e que estes devem apontar para a



distinção entre uma história baseada em relatos orais e uma história legitimada por registros emanados de instituições oficiais e preservados em arquivos. Um problema observado a partir daí, diz respeito à negligência em relação ao período anterior à prática de registros oficiais e seu posterior arquivamento. Esse período estaria condenado a uma condição de “pré-historicidade”, sob a perspectiva de uma história que enfatiza e se legitima através da manutenção de registros oficiais. Um outro aspecto desse problema seria a natureza desses registros oficiais os quais expressariam um ponto de vista oficial, ou “a história vista de cima”. Esse desdobramento do problema nos exige uma apurada observação quando sinaliza para a importância de outras fontes na construção de uma escrita da história. Como Burke nos alerta, esta história oficial, nos moldes tradicionais, oferece somente uma visão de cima, sob a perspectiva dos grandes feitos de personagens históricos notáveis. O povo por sua vez, estaria “destinado a um papel secundário no drama da história”. Na contra-mão dessa perspectiva, considera-se um novo paradigma histórico, ou seja, uma “história vista de baixo”, proposta com o advento da Nova História, levando em conta as opiniões e inserções de pessoas comuns neste processo do legado histórico. De todo o exposto, Burke inclina-se ao exame dos diários íntimos sob a perspectiva de uma escrita íntima, e sob o ponto de vista documental. Considerado entretanto, um documento histórico, ainda que represente, em muitos casos, uma história vista de baixo, os diários íntimos encontram-se numa linha tênue entre fontes concisas para uma história que pese diversos pontos de vista, e fonte pouco confiável, exatamente pela tendência eminentemente subjetiva de seu texto e da abordagem do contexto histórico. A expectativa de “objetividade” quase que inalcançável na História, fica ameaçada no contexto deste novo paradigma. Segundo Burke, é impossível evitar uma contaminação de preconceitos e posicionamentos tendenciosos quando da escrita da



história. Enfático, afirma que “não podemos evitar de olhar o passado de um ponto de vista particular”, ou seja, em vez de tentar escrever uma história na qual prevaleça um único ponto de vista, deve-se considerar as várias “versões” ou os vários pontos de vista opostos. No nosso caso, buscamos nesta pesquisa absorver nas entrelinhas as considerações de um soldado brasileiro e confrontando-as com os dispositivos legais “oficiais”. Mesmo deparando-nos por diversas vezes em suas páginas com duras críticas ao sistema de instrução e preparo militar, fato este que nos propiciou fugir do risco de sermos conduzidos por um discurso intimista e apaixonado.

Ressaltando o devido mérito deste tipo de fonte, as vivências pessoais de indivíduos comuns devem ser consideradas com muita seriedade, gerando aquilo que Burke toma de empréstimo a Bakhtin, a “heteroglossia”, a qual afirma ser essencial à Nova história

FUNDAMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO MILITAR NO PERÍODO IMPERIAL

O Sistema de Instrução Militar (I.M.) do Exército Brasileiro desde então (criação da Real Academia Militar) buscou, não sem dificuldades o adestramento da Força Terrestre como instrumento de combate. De caráter normativo e doutrinário, estabeleceu os fundamentos e a sistemática desta (I.M.). A observância de suas prescrições metodológicas e disciplinares conduz à aquisição de habilidades e reflexos indispensáveis ao militar e ao preparo da tropa.

Referindo-se a formação básica que recebe um recruta logo ao integrar-se como membro efetivo ao serviço das forças armadas. Este treino é a base para a instrução mais avançada e específica. A instrução básica primeiramente costuma centrar-se na



ressocialização do indivíduo para que este possa adaptar-se ao âmbito militar e desempenhe uma função diferente daquela que cumpria na vida civil (enquanto cidadão).

No Brasil em 1874, uma lei mudou as regras do recrutamento militar no Brasil³, até então constituído pelo voluntariado ou pelo recrutamento forçado, instituindo o sorteio para o serviço militar, a ser realizado entre todos os cidadãos considerados aptos. No entanto, essa lei não foi aplicada, por motivos variados: resistência de setores do poder econômico, preocupados com a perda, embora temporária, da força de trabalho; inexistência de instrumentos apropriados para a burocracia estatal implementar a lei, e aversão manifestada pela maioria da população civil em relação à vida no Exército.

A perspectiva da adoção do modelo de conscrição obrigatória gerava expectativas, entre seus defensores, de que o serviço militar viesse a se constituir num mecanismo disciplinador. Mais que isto, o serviço militar era visto por muitos como uma possibilidade de resolução dos problemas de organização social. O serviço militar, na visão de intelectuais como Olavo Bilac, estava vinculado a valores como disciplinarização, racionalização e individualismo, bastante caros à sociedade burguesa industrial típica da época. Além disso, esse modelo disciplinarizador vigorava em vários países europeus naquela época e, por essa razão, era visto como um modelo a ser seguido por muitos, vinculados às concepções de modernidade, civilização e progresso.

Segundo Foucault para se chegar a um resultado positivo é necessário que se tenha um importante e eficiente sistema de comando. Não se exige da pessoa que entenda o funcionamento do todo, mas que seja eficiente no seu espaço: “O aluno deverá aprender

³ LEI N. 2556 - DE 26 DE SETEMBRO DE 1874 : *Estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e Armada.*



o código dos sinais e atender automaticamente a cada um deles” (FOUCAULT, 2002, p. 140), como nos comandos de ordem unida das formaturas militares, treinamentos físicos, tudo isso operacionalizado na figura do “*instrutor*”, um termo bastante utilizado no meio militar de significado revestido de um caráter estritamente técnico, pois estes assumem os encargos do papel de treinadores que viabilizam a profissionalização dos indivíduos mediante conteúdos e técnicas estabelecidas de cunho funcional e pragmático. Desse modo, o que é prioritário é a instrução para os papéis sociais, para o domínio dos saberes técnicos e instrumentais que tendem a conformar e adaptar esses indivíduos aos padrões *socialmente instituídos*. (**Grifo meu**).

Durante o Período Regencial (1831-40) foi inegável que investiu-se pouco no Exército, em 1831 houve uma diminuição de 50% de seu efetivo e a criação da Guarda Nacional veio solapar de vez sua importância, mas na década de 1850 esse quadro seria alterado pela ascensão de alguns conservadores ao poder.

As preocupações com o aperfeiçoamento da instrução do Exército levaram a adoção, nessa época, de novos regulamentos de exercícios e manobras das armas, que até então obedeciam ainda as diretrizes do Conde de Lippe. Magalhães (2001) afirma que esta preocupação por nossa eficiência militar, reflete-se nos primeiros resultados obtidos pela Comissão de Prática da Artilharia nomeada em 1844 e depois (1849) transformada em Comissão de Melhoramentos do Material do Exército, a qual levou a adoção dos Regulamentos do Marechal Beresford em 1850, usado em Portugal para a Cavalaria, e também levou o uso dos Regulamentos de Bernardo Antônio Zagalo para a Infantaria, para Artilharia os do General Pardal e para a Artilharia Montada os da Guarda Francesa, e para complementar a criação do Ministério da Guerra, que então daria um caráter profissional e um importante suporte administrativo.



Todo esse aparato administrativo oferecendo um suporte para a Instrução Militar ainda era muito deficiente frente a política externa que o Brasil mantinha com os países do Prata. Logo, devido a insatisfação constante com a formação dos nossos futuros combatentes e conseqüentemente instrutores em 1851 foi criado um curso de cavalaria infantaria no sul do país (Rio Grande d Sul), escolas elementares no corpo de tropa, a Escola de Aplicação do Exército a qual tinha o viés mais prático sendo suprimido em consequência o 5º e 6º ano da Escola Militar. Esta Escola de Aplicação objetivava instruir Oficiais e Sargentos durante dois anos de caráter *letivo e de exercícius* considerada como praça de guerra conforme segue extrato do Decreto nº 1.536, de 23 de Janeiro de 1855 que cria uma Escola de Aplicação do Exército:

CAPITULO VI

Dos exercicios praticos

Art. 27. Haverá para os exercicios e manobras peças de campanha e de bater, obuzes, fuzis e todas as mais armas, petrechos, palamentas, munições e equipamentos que forem necessarios; bem como os instrumentos e ferramentas proprias para os exercicios militares e para os trabalhos topographicos.

Art. 28. Haverá para os exercicios de equitação o numero de cavallos precisos, não excedendo a trinta promptos para o serviço.

Art. 29. Os exercicios praticos serão feitos na conformidade dos programmas organizados pelo Conselho de Instrução, e approvedos pelo Governo. A execução destes programmas será auxiliada pelo ensino das competentes noções theoricas que os alumnos não tiverem ainda adquirido.

Fonte: legis.senado.gov.br

Em 1859 surge também a Escola de Tiro de Campo Grande como segue fragmento transcrito do Capítulo III do DECRETO Nº 2.422 - de 18 de Maio de 1859 que aprova o Regulamento para a Escola Geral de Tiro do Campo Grande:

CAPITULO III

Dos Instructores geraes



Art. 8º Dous instructores geraes, nomeados pelo Governo sobre proposta do Commandante da escola, e tirados da classe dos Capitães com os precisos conhecimentos theoricos e praticos para o bom desempenho das funcções, a que são destinados, serão encarregados da instrucção theorica e pratica das materias designadas nos arts. 18, 19, 26 e 27, das disposições geraes; cingindo-se ás instrucções e ordens do Commandante.

Art. 9º Aos Instructores geraes cumpre igualmente:

§ 1º Promover por todos os meios a instrucção theorica ou pratica dos individuos *destinados a exercer as funcções de instructores de seus respectivos corpos, preparando-os para bens desempenha-las. (grifo nosso)*

Fonte: legis.senado.gov.br

Observe que os alunos desta Escola foram encarregados pelo dispositivo legal de exercer função de instrutores de seus respectivos corpos. Mas as implementações e reformas não param por aí, um ano depois aparece além das Escolas Central e Militar, Escolas Auxiliares da Militar e Escolas Regimentais, o que caracteriza-se uma constante insatisfação.

O Império como pode-se perceber tentou a duras penas implementar uma organização militar suficiente, entretanto não conseguiu executá-lo de modo satisfatório. Magalhães (2001) enumera alguns vetores para sua incompletude: condições naturais do país, espírito da nossa política, características demográficas, abertura financeira, extensão do território e escassez da população, condições naturais do país e por fim a personalidade de D. Pedro II que não tinha gosto pelas coisas militares, condições estas que unidas inviabilizavam a operacionalização de um trabalho sistemático e progressivo.

Às vésperas da Guerra da Tríplice Aliança o Paraguai já possuía uma preparação militar bem desenvolvida e o Brasil ainda não estava em condições de lhe fazer frente, não possuía efetivo, armamento, organização, e até instrução adequada aos progressos da arte da guerra bem como para encarar poderosas as fortificações e engenharia de contramobilidade desenvolvidas pela tropa guarani. E foi neste momento que se fez necessário confiar em todo trabalho já construído e no profissionalismo dos nossos seletos



oficiais e sargentos já preparados até então, os quais a toque de caixa desenvolveriam um intenso programa de instrução e manobras muitas vezes na própria Zona de Reunião, onde segundo a Doutrina Militar:

(Z Reu) são localizadas onde os elementos de uma tropa possam ser reunidos em preparativos para futura ação tática. A companhia prepara-se para a ação na sua própria Z Reu, quando são estabelecidas e mantidas a camuflagem e as medidas de segurança. À tropa será atribuído o máximo de descanso, que os preparativos e as instruções finais permitirem. Os reconhecimentos e planos minuciosos serão levados a efeito, com a adoção de medidas de coordenação e a expedição de O Op. Serão distribuídas as dotações de munição de combate, as rações e o material especial necessário para a operação que se tem em vista executar. (C7-15)

A dinâmica e intensidade dessa preparação pôde ser observada e/ou extraída de alguns documentos (diários) de combatentes que pisaram naquele teatro de operações. Em páginas que, manchadas de sangue certamente não deixam de nos transmitir patriotismo, vontade, abnegação, e o revelando real valor daqueles soldados, independentemente de qual lado estiveram desta Tríplice Linha de Combate.

DIONÍSIO CERQUEIRA: O SOLDADO

Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira teve suas experiências na guerra reunidas no livro autobiográfico *Reminiscências da campanha do Paraguai* (1980), escrito já na fase final da vida. A obra trata das experiências e da impressão que o jovem Dionísio Cerqueira, que alistou-se como soldado, passando em seguida a cadete e, finalmente, promovido a tenente, teve ao longo dos anos de campanha. Posteriormente, seguiria a carreira militar e, já na República, chegaria ao posto de general e ministro de Estado.

Nascido a 2 de abril de 1847, era pertencente a uma rica família da província da Bahia, vivendo "com hábitos de conforto e no meio da abundância" (p. 56). À época da invasão paraguaia ao Mato Grosso, estudava na Escola Central, na cidade do Rio de



Janeiro e contava com apenas dezessete anos. Assentou praça como voluntário em 2 de janeiro de 1865, cinco dias antes da promulgação do Decreto nº 3.371. Integrou o 1º Batalhão de Artilharia, conhecido até os dias atuais como *Boi de Botas*. Sobre sua motivação patriótica, extraído de suas *Reminiscências*, encontra-se: "Não podia ficar no Rio de Janeiro estudando, quando a pátria reclamava o sangue dos filhos para a sua desafronta. Apoderou-se de mim a ideia de assentar praça e partir" (p. 47).

Mesmo suas impressões mais corriqueiras foram registradas em seu livro, como por exemplo, seu sentimento de indignação quando foi tratado com indiferença por um oficial ao se apresentar:

Ninguém pode avaliar como me senti humilhado com esse tratamento. Aquele oficial superior do exército não ligava importância alguma ao ato de abnegação que eu estava praticando. Os outros talvez pensassem como ele.

[...] A minha resolução era, porém, inabalável - seria soldado, custasse o que custasse (p. 48).

Mais adiante, recorda como, quando jovem recruta, percebeu a chegada dos diversos corpos para a guerra:

Pouco a pouco, foram chegando batalhões de linha que estavam de guarnição nas províncias mais afastadas; e corpos de voluntários da pátria, cujo uniforme se distinguiu pelo chapéu negro de feltro, com a aba levantada, onde se viam, o número e o tope nacional, e por uma divisa de latão *Voluntários da Pátria*, na manga da blusa (p. 55).

A província da Bahia foi a que contribuiu com maior número de corpos de voluntários. As estimativas do General Paulo de Queiros Duarte (*op.cit.*) apontam que, nos cinco anos da guerra, a Bahia enviou 14 corpos com um total de 9.164 homens. Se considerarmos que, ainda tendo por base os valores apresentados pelo general, o número total de Voluntários da Pátria foi de 54.992, cerca de 16% foram baianos.



Sobre o fato do esforço de guerra que sua província despendeu, Dionísio salienta, de forma orgulhosa, em seus registros:

O ardor da Bahia nunca arrefeceu, entretanto; e foi preciso, para cessar a grande leva, que o governo lhe dissesse: *Não precisamos mais de voluntários*. A Bahia foi, entre as irmãs, a que deu para a guerra maior número de voluntários. [...] Sentia grande prazer quando chegava um corpo baiano e nas suas fileiras colegas e amigos da infância. No meu regimento [...], tinha alguns e a vida me era muito mais agradável (p. 56).

Dionísio participou de importantes batalhas da guerra, como Tuiuti (1866) e Humaitá (1868), e esteve presente em todas as fases da campanha, retornando ao Brasil em 1870. "Apoderou-se de mim o desejo ardente de voltar ao Brasil. Explodiu a esperança que parecia hibernada por mais de cinco anos no fundo de minha alma; esperança que tinha medo de despertar [...]" (p. 338). Esse foi um dos últimos comentários de seu livro, deixando patente o sentimento que o tomou, após o fim da sanguinolenta guerra.



Figura 1 - Cadete Dionísio Cerqueira (1866) ; Fonte: CERQUEIRA, 1980, p.49.

A PREPARAÇÃO MILITAR NO PRATA

Em 1864, ao ser deflagrada a guerra pelo Paraguai contra o Brasil, com o aprisionamento do navio brasileiro Marques de Olinda e posterior invasão pelo numeroso exército de Solano Lopez nas províncias do Mato Grosso em 1864 e do Rio Grande do Sul em 1865, o Império percebeu a real necessidade de (re)organizar o seu exército já que, após a Independência do Brasil, a Guarda Nacional passou a ser empregada na defesa nacional, em detrimento do Exército profissional, não somente pela característica do Imperador mas porque este passou a ser considerado pelas autoridades imperiais como uma ameaça a estabilidade política pós independência, devido a forte presença de portugueses no corpo dos oficiais e ainda junto aos mesmos. Tais circunstâncias eram causadoras de constantes desconfianças junto a sociedade política, que temia a restauração do regime colonial.



Na época, para fazer parte dos membros da Guarda Nacional, era necessário ter as mesmas condições para ser eleitor e votante, ou seja, homem, maior de idade, com renda mínima anual estipulada em lei, logo somente os mais abastados ocupavam as patentes mais altas da Guarda Nacional, como “coronel”, “major”, “capitão” e “tenente”; títulos disputados entre os mais ricos de cada localidade. Conforme texto da lei Nº 602 - de 19 de setembro de 1850 a qual dá nova organização à Guarda Nacional do Império.

CAPITULO I

Do alistamento, e dispensas do serviço

Art. 9º Serão alistados para o serviço da Guarda Nacional em todos os Municipios do Imperio:

§ 1º Os Cidadãos Brasileiros que tiverem a renda necessaria para votar nas eleições primarias, e a idade maior de 18, e menor de 60 annos.

§ 2º *Os Cidadãos filhos-familias que tiverem a idade marcada no § antecedente, ainda que lhes falte renda propria, se a de seus paes for tanta que, dividida, caiba a quantia de 200\$ a cada hum. Aquelles a quem não couber esta quantia não serão alistados.*

Fonte: legis.senado.gov.br (lei Nº 602 - de 19 de setembro de 1850)

Percebe-se entretanto que a Guarda Nacional, que era “quase totalmente autofinanciada” e constituía-se num baratíssimo mecanismo de controle da população, e, no final, dava ate lucros através da venda das patentes de oficiais como nos mostra o Artigo 57 da mesma lei:



Art. 57. *Todos os Officiaes da Guarda Nacional terão Patentes, e por ellas pagarão de novo direito além do Sello, a quantia equivalente a hum mez do soldo que competir aos Officiaes de Linha de iguaes postos.*

A titulo de emolumentos só se cobrará na Secretaria d'Estado, e nas das Presidencias a quinta parte da importancia do novo direito, ficando abolida qualquer outra imposição, a que estejam sujeitos taes diplomas.

Fonte: legis.senado.gov.br (lei Nº 602 - de 19 de setembro de 1850)

A fim de comprovar o despreparo do Império ante o conflito trazemos também o precário funcionamento do sistema de instrução definido pela lei àqueles que compunham esta organização (GN), comprovando mais uma vez o desprestígio daqueles encarregados no preparo físico, disciplinar e operacional dos homens que porventura lutariam pela garantia da preciosa soberania nacional:

CAPITULO VI

Da instrucción da Guarda Nacional

Art. 77. Os Majores e Ajudantes serão Instructores dos Corpos a que pertencerem, e perceberão, como se estivessem empregados em hum Corpo de Linha, o soldo e mais vencimentos proprios das Patentes que tiverem no Exercito, sendo aquelle pago pelo Ministerio da Guerra, e estes pelo da Justiça.

Nos Corpos que não tiverem Majores, nem Ajudantes, ficará a instrucción a cargo dos respectivos Commandantes e Officiaes, que por isso não perceberão vencimento algum. (grifo nosso)

Fonte: legis.senado.gov.br (lei Nº 602 - de 19 de setembro de 1850)

O Rio Grande do Sul de maneira especial fazia frente constante a diversos conflitos, portanto, as forças militares empregadas nessa província vinham da organização bélica local, sustentadas pelos ricos estancieiros, que já estavam habituados aos constantes embates com seus vizinhos, devido às disputas de fronteiras contra espanhóis e missioneiros desde o século XVIII.



Sendo assim, o Rio Grande do Sul detinha um determinado “perfil militar”, “todos lutavam, conseqüentemente por um objetivo direto defendendo suas propriedades ou por algo que pretendiam apossar-se, e que segundo Sodré (1956) mantinham as questões militares cotidianamente inseridas na pauta do dia, ou seja, a própria substância de existência. Outrossim, o governo não mais investia no Exército, deixando de lado o fornecimento básico para seu funcionamento, faltava-lhes armamento, víveres, armamentos, homens, ou seja, todas as condições “*sine qua non*” para formação e manutenção de uma força militar nacional capaz de defender a pátria.

Fixando a Força de Linha para circunstancias ordinárias, a Lei no 1220, de 20 de julho de 1864, previa entre 18.000 e 24.000 praças o efetivo pronto em casos extraordinários, podendo este ser preenchido com 4.000 Guardas Nacionais. No entanto, esses números não eram suficientes para o Brasil enfrentar o Paraguai. Dessa forma, foi necessário organizar um grande efetivo para defender o País. Assim, o governo usou de alguns artifícios para realizar a convocação de um grande número de pessoal. Em 7 de janeiro de 1865, o Imperador decreta a Lei no 3.371, que criava o Corpo de Voluntários da Pátria, oferecendo vantagens aos homens de 18 a 50 anos que se apresentassem voluntariamente para combater nessa campanha militar, e aumentando as possibilidades dos já ingressos facilitando a prorrogação do tempo de serviço:

Art. 1º - São criados, extraordinariamente, Corpos para o serviço de guerra, compostos de todos os cidadãos maiores de 18 anos e menores de 50 anos, que voluntariamente se quiserem alistar, sob as condições e vantagens declaradas.

Art. 2º - Os voluntários que não forem Guardas Nacionais entram, além do soldo que recebem os voluntários do exército, mais 300 reis diários e a gratificação de 300\$000, quando derem baixa e prazo de terra de 22 500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas, além de outras honrarias militares e pensão por invalidez ou morte. [...]



Art. 9º- Os voluntários terão direito aos empregos públicos, de preferência, em igualdade de habilitações, a quaisquer outros indivíduos.

Fonte: Decreto n. 3371, de 7 de janeiro de 1865. In: BRASIL. Leis do Brasil, 1865, p. 3.

Dionísio Cerqueira afirmava que diante a Gerra de Rosas essa necessidade de reforçar o Exército não era sentida, o Brasil ainda vivia em plena paz e descuidados das coisas militares, não interessando-se pelas pela defesa do país e no parlamento bradavam contra as despesas com a força armada, confiando demasiadamente na diplomacia imperial.

Nesse aspecto, a partir de agora compreenderemos, através de fragmentos do Diário de Dionísio Cerqueira, a insuficiência e o despreparo da logístico e inclusive da instrução das tropas brasileiras:

O nosso pequeno e mal aparelhado Exército deixava muito, senão tudo, a desejar, desde a instrução técnica e o preparo indispensável para a guerra até o comissariado de viveres e forragens, o serviço sanitário, o aprovisionamento de armas, fardamento, equipamento, meios de transporte etc.⁴

Operacionalmente pode-se inferir de seus relatos que o Exército mesmo já inseridos no teatro de operações necessitou aprestar-se e instruir-se em muito pouco tempo. Segundo Dionísio, Gen Osório tentava instruir seus homens a duras penas, os quais mesmo sem conhecimentos profissionais e despreparados tecnicamente viram-se obrigados a confiar naquele pequeno grupo de oficiais:

O general fazia o que podia, mas estávamos tão mal preparados quando foi declarada a guerra, que, a pesar dos esforços empregados pelo governo e do

⁴ CERQUEIRA, 1980, p. 63.



patriotismo dos brasileiros, seis meses depois ainda nada podíamos tentar para tomar a ofensiva.⁵

A tropa Imperial recrutada às pressas pelo que nos demonstra mais um fragmento, buscava aproveitar cada minuto a fim de preencher as lacunas da instrução, pois afinal cada progressão e o manuseio dos equipamentos deveriam ser planejados da melhor forma, na medida do possível, a fim de diminuir o número de baixas, Dionísio, nos revela em seus documentos que a instrução em alguns contingentes eram incessantes:

A pesar dos rigores da estação, os nossos batalhões não tinham descanso; principalmente os que estavam sob o comando do General Sampaio, que, rigoroso e exigente dava exercício, uma e duas vezes por dia. Era preciso instruir aqueles soldados bizonhos, mas de boa vontade e animados pelo amor a pátria, que os fez praticar façanhas imortais. Os argentinos e orientais (uruguaios) que estavam perto de nós exercitavam-se também a dava gosto de vê-los nas manobras.⁶

O Brasil, em menos de um ano deveria dar um salto de 16.000 homens pra 120.000. Frente a isso, enquadrar tanta gente e como num passe de mágicas dar-lhe disciplina e instrução, e com as duas juntas forjar um exército combatente, seria uma tarefa ainda mais difícil caso não tivéssemos instrumentos institucionais forjados a partir de 1850, ou seja foi necessário um aporte administrativo anterior, para que algum resultado, mesmo que pequeno, fosse produzido. Foram eles segundo Mota (2001):

...) Esses instrumentos, vale repetir foram: ajudância-geral, quartel-mestre general, valendo por incipiente serviço de estado-maior ; distritos militares, significando fiscalização e controle dos corpos de tropa; a “comissão de melhoramentos” centralizando providências tendo em vista um armamento modernizado; (...) e o ensino militar, com as escolas criadas em 1855, melhorando o cunho técnico-profissional do seu ensino. (p. 102)

⁵ CERQUEIRA, 1980 Pág 64

⁶ CERQUEIRA, 1980 Pág 72



Por vezes não muito bem aproveitado, estes instrumentos foram essenciais ao sucesso das investidas, desde os acordos diplomáticos com a Inglaterra para fornecimento de armamento, até a criação das Escolas Militares, tudo veio a calhar ante o conforto. Todavia ressaltamos uma crítica de Dionísio que merece ser citada, onde mesmo com todo o respeito ao seu comandante, o General Osório, cita em suas linhas o mau uso que foi feito de um corpo entre os vários voluntários que se apresentavam: os *zuavos baianos* tropa na qual até os oficiais eram negros:

Passados poucos dias, foram dissolvidos (os zuavos) e as praças distribuídas por outros batalhões. *Muitos passaram a serventes dos hospitais*. O general Osório teria podido tirar grande proveito desta gente forte e brava; mas não o fez, por não se lembrar talvez, do heroísmo e altos feitos com que os imortais feitos de Henrique Dias, o heróico capitão negro, ilustravam a história da pátria. (grifo nosso)⁷

Ao mencionar este subemprego dos Zuavos, Dionísio nos mostra que a máquina administrativa e suas providências muitas vezes precisam dialogar com os chefes da linha de frente, pois ocorre aqui que no ambiente de combate não deve haver personalismos. Vale ressaltar que foi a Guerra da Tríplice Aliança que acelerou o processo da abolição da escravatura no Brasil.

Outra referência importante sobre o ritmo de instrução adotado pelo comando da tropa durante a Guerra da Tríplice Aliança, foi registrada no diário deste militar:

Havia seis meses que estávamos no Chaco, numa vida inglória enquanto os outros batalhões se batiam no Tuiuti a 3 de novembro (...)

O Batalhão aproveitara o tempo do Chaco para se instruir; e nenhum, em todo exército, lhe levava vantagem na disciplina e na bravura. Quando fazia marchas longas, dava gosto de vê-lo.⁸

⁷ CERQUEIRA, 1980 Pág 104

⁸ CERQUEIRA, 1980 Pág 216 e 217



De posse do seu conhecimento bélico encontramos outra observação da conduta dos soldados no ambiente de guerra. Dionísio relata a necessidade em preparar mais aqueles militares a fim de serem melhores aproveitados os tiros de artilharia:

A briga andava cada vez mais travada. Os soldados já não tiravam a vareta para calcar a bala. Derramavam a pólvora no cano, metiam o projétil e batiam com o coice no chão. Em combate geralmente o soldado não aponta; por isso as zonas perigosas são as do ponto em branco e do maior alcance da arma. Há entre les uma zona neutra, onde são raros os impactos.

É preciso por isso insistir nos exercícios de tiro ao alvo para que o soldado adquira, por assim dizer, o instinto de atirar.⁹

Vale ressaltar que referente ao despreparo das tropas brasileiras, o exército paraguaio muito utilizou de sátiras a fim de manter sua tropa motivada, e teve como principal veículo o semanário *CABICHUÍ*, cujo objetivo era distrair e encorajar o espírito dos combatentes, fazendo de tudo para não perceberem que já tinham sido encurralados com a tomada de Villa del Pilar. Seleccionamos abaixo dentre tantas outras, uma das figuras de seu jornal que ilustram de forma sarcástica a despreparação das tropas imperiais referente ao uso do armamento na sua ofensiva¹⁰:

⁹ CERQUEIRA, 1980 Pág 232

¹⁰

http://www.portalguarani.com/2531_periodicos_del_paraguay_1842__1900/18739_cabichui_1867__1868_periodico_de_guerra_.html



Figura 02: Sátira sobre a pontaria do soldado brasileiro publicada no CABICHUÍ: *Las punterias brasileras*; Fonte: Portal Guarani

Cientes das críticas que por ventura possam e devam ser feitas às tropas brasileiras que chegaram a esta Guerra, importa ressaltar que o Império possuía institucionalmente o organismo militar mais diferenciado e mais maduro, pois buscava modernizar-se e não ficava inerte a velhas reformas, logo o fato de não ter sido feito tudo que deveria não deve-se impedir que registre-se aquilo que se conseguiu realizar. Outro relato de Dionísio que vale a pena registrar é referente ao comprometimento dos oficiais em não deixar de fora a instrução individual:



(...) nasceu o estímulo entre todos, e os nossos *paisanos* em pouco tempo fizeram progressos admiráveis.

Essas manobras nunca passaram de evoluções das ordenanças portuguesas. Se algum comandante delas se afastava, era para emaranhar-se nas passagens de linha para coluna e desta para linha(...) *Não consta que houvesse coronel ou capitão que cogitasse da instrução individual dos seus comandados, ensinando-lhes os seus deveres e exaltando a sua nobilíssima missão de morrer pela pátria.*¹¹ (grifo nosso)

A preparação e formação do primeiro Corpo-de-Exército do Império para as operações contra o Paraguai foi uma obra hercúlea que este sob a responsabilidade do General Osório, debaixo de grandes dificuldades morais, políticas, materiais e estruturais, obrigou-se a empreender da melhor forma que pôde os recursos que parcamente eram postos em suas mãos e *improvisar* um exército condizente à Batalha que deveria enfrentar. Dionísio nos trouxe em seu diário uma amostra de como ocorreu esta dinâmica onde tudo teve que ser improvisado com recursos que iam sendo postos, sem método, nem sequência, onde muitos destes (recursos) eram totalmente desconhecidos àqueles que estavam no campo de batalha, local onde segundo Magalhães (2001) até foi preciso fazer às pressas *novos regulamentos de instrução* no decorrer da campanha e inclusive no próprio teatro de operações. (grifo nosso)

OS MELHORAMENTOS DO PÓS GUERRA

No que diz respeito a instrução, tendo em vista as várias mudanças organizacionais que passou o Exército Imperial, primeiramente destacamos as

¹¹ CERQUEIRA, 1980 Pág 72



providências para facilitar a ida de oficiais para aperfeiçoarem-se na Europa, bem como a reforma no regulamento da Escola Militar publicada no Decreto Nº 5.529, de 17 de Janeiro de 1874:

CAPÍTULO I

Instrução

Art 36

(...) O ensino theorico será prestado segundo programmas especiaes, organizados pela congregação da escola, e comprehenderá quatro cursos distinctos:

1º de infantaria e cavallaria.

2º de artilharia.

3º de estado maior de 1ª classe.

4º de engenharia militar.

§ 1º O primeiro curso constará do 1º e 2º anno, com excepção do calculo differencial e integral para os que desde o primeiro anno não se destinarem ao curso de artilharia.

§ 2º O segundo curso comprehenderá todas as materias do 1º, 2º e 3º anno.

§ 3º O terceiro se comporá do 1º, 2º, 3º e 4º anno.

§ 4º O quarto abrangerá todas as doutrinas theoricas e praticas dos cinco annos da escola.

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5529-17-janeiro-1874-550076-publicacaooriginal-65706-pe.html>

Ao analisar o fragmento acima percebemos que consta neste decreto também a liberação do Exército da tarefa de formar engenheiros para atividades civis e centralizar numa só escola os estudos militares, anteriormente distribuídos por dois estabelecimentos: o do largo de São Francisco e o da Praia Vermelha¹². Magalhães (2001)

¹² MOTA. Formação do Oficial Brasileiro. p. 159



apud Mota, cita em sua obra algumas outras evoluções derivadas das circunstâncias da campanha:

Mais tarde, em 1884, foi criado nela (Escola Militar) um curso preparatório. Sofrem também modificações as escolas regimentais e criam-se depósitos de instrução. Nesse ano surge, no Rio grande do Sul, uma Escola de Aprendizes Artilheiros (...)

Foi nesta época, 1875, que surgiu a Biblioteca Militar, à qual se deu organização definitiva em 1881; e foi reaberta a Escola de Tiro de Campo Grande, destinada a formação de instrutores para os corpos do Exército, também reorganizada em 1881.

A preocupação com a melhoria de oficiais levou a criação de uma Comissão de Promoções.¹³

As insatisfações, por sua vez, não pararam por aí, extrapolando o campo da instrução, a força terrestre encarou em seguida conflitos entre os científicos e tarimbeiros, o que levou a situação militar a estremecer apesar das providências que o governo imperial tomou frente as demandas levadas pelo Exército. Não obstante o espírito de corpo da classe, logrou assegurar uma forte solidariedade na força, a qual atravessou a fronteira estrutural e chegou à política, onde resultaram diversos acontecimentos que desembocaram na queda da monarquia, mas que não é o objeto desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de pretender esgotar o tema, analisamos aqui apenas uma parcela das vastíssimas fontes existentes sobre a Guerra da Tríplice Aliança. O Exército Imperial foi apenas uma força componente deste teatro de operações que a cada novo dispositivo tornava-se mais plural, nestas páginas tentamos realizar, baseado nas experiências de um

¹³ MAGAHLÃES. A Evolução Militar do Brasil. p. 209



soldado, uma investigação de como se operacionalizou a *instrução dos militares*: importante fator de decisão de qualquer força armada numa batalha.

A situação da marinha (esquadra brasileira) não foi mencionada por estar ao comando-em-chefe aliado a qual ficou com o presidente argentino nas operações militares fora do Brasil, visto que, segundo dados de Frota (2000) somente o Império possuía força naval.

De modo geral, a organização do Exército Imperial se deu em três etapas: I) sob o comando de Osório, constituiu-se o 1º Corpo de Exército o qual operou na defesa do Rio Grande do Sul, sob a liderança de Canabarro e Barão de Porto Alegre e formação do 2º Corpo, II) entrada em ação no território paraguaio deste 2º Corpo, e III) correspondente ao comando de Caxias, durante o qual se reestruturou a organização das tropas remanescentes e se levantou o 3º Corpo, emergindo uma unidade maior ao conjunto das forças de guerra.

Na análise e organização das fontes pudemos confirmar o importante e difícil trabalho daqueles chefes/instrutores e monitores os quais houveram de suprir as diversas deficiências, tomando decisões e padronizando ações, muitas delas pautadas no desconhecimento do que era mister a uma firme conduta de guerra. Percebemos também um salto na qualidade da organização correspondente ao comando de Caxias, onde durante 14 meses após a capitulação em Curupaity, reorganizou o Exército, recompondo-o em efetivos e armamento, e disciplinando a tropa. Segundo o próprio Dionísio Cerqueira, grande era o prestígio do marquês, envolvido por “uma auréola de glória”.

Ao final da Guerra, o vitorioso Exército Imperial voltou ao Brasil inconformado com seu campo técnico-profissional, mediante frustrações voltadas para as questões da



organização e do adestramento militar. E foi neste ambiente que fundou-se em 1882, a *Revista do Exército Brasileiro*, logo com esta publicação, colocava-se em circulação, questões gratas aos instrutores como a do “novo armamento” e a da “nova tática”, dando-se a partir de então pequenos passos rumo a um novo currículo escolar que traria ao Exército uma crescente valorização profissional e força no cenário nacional.

Podemos acrescentar que seria muito interessante fazer uma bordagem referente às tropas aliadas acrescentando como sucedeu a preparação destas ao lado do Brasil, seu preparo, regulamentos, instrução, disciplina e padronização de sua conduta operacional e além disso agregaria demasiadamente, uma investigação sobre a preparação paraguaia, o qual, seguramente demonstrou extrema confiança em seus recursos (instrucionais, logísticos e operacionais) ao decidir fazer frente sozinho aos três países aliados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. Ao Exército Brasileiro representado pela figura dos Comandantes da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas, em especial ao Cel Humberto Ramos de Vasconcelos pela confiança no meu trabalho e apoio a promoção e consolidação do ensino de História Militar neste estabelecimento. A palavra mestre, nunca fará justiça aos grandes historiadores que cruzaram o meu caminho, os quais terão o meu eterno agradecimento.

REFERÊNCIAS



CIDADE, Francisco de Paula – Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira; Rio, Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1960.

DECRETO Nº 2.422 - de 18 de Maio de 1859 que aprova o Regulamento para a Escola Geral de Tiro do Campo Grande. legis.senado.gov.br acessado em 10/09/2017

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LEI Nº 602 - de 19 de setembro de 1850 a qual dá nova organização à Guarda Nacional do Império. legis.senado.gov.br acessado em 10/09/2017

LEI N. 2556 - DE 26 DE SETEMBRO DE 1874 : *Estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e Armada.* legis.senado.gov.br acessado em 10/09/2017

MARTINS, Ferreira. História do Exército Português. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada, 1945

MOTTA, Jehovah. A Formação do Oficial Brasileiro: Currículos e regime na Academia Militar 1810-1944, BIBLIEx , Rio de Janeiro

Reforma no regulamento da Escola Militar publicada no Decreto Nº 5.529, de 17 de Janeiro de 1874.

SELVAGEM, Carlos. Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal (Desde as origens do estado portugalense até o fim da dinastia de Bragança). Lisboa: Imprensa Nacional, 1931.

SODRE, Nelson Werneck. História militar do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.